

Identities and space within the context of capitalist transformations

Roney Gusmão do CARMO¹
Celio Silva MEIRA²

Resumo

O presente texto pretende abordar a forma como as identidades se empirizam no espaço, realçando o contexto de expansionismo do capital, quando o mercado simbólico atinge distintos *locus* do mundo e arrebatada filiações. De todo modo, entender a relação dialética entre a vida cotidiana e o mundo cada vez mais massificado por valores transnacionais se torna fundamental para compreender a corrosão de filiações da vida contemporânea.

Palavras-chaves: Capitalismo. Identidade. Espaço.

Abstract

This text aims to comprehend how identities are materialized in space, highlighting the context of capital expansionism, when the market reaches distinct symbolic locus of the world and deliver affiliations. Anyway, understand the dialectical relationship between everyday life and the world increasingly mass-produced by transnational values becomes crucial to understand the corrosion affiliations of contemporary life.

Key-words: Capitalism. Identity. Space.

Introdução

Diante do acelerado processo de difusão de textos culturais, mediados pelos instrumentos de tecnologias, os hibridismos culturais chegaram a níveis epidêmicos (CANCLINI, 1997). O contato entre culturas, bem como o apelo movido pelo mercado

¹ Doutor em Memória: Linguagem e Sociedade pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB. É professor adjunto da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB/CECULT.

² Mestre em Ciências Ambientais e Desenvolvimento Sustentável pelo PPGCA da UESB. Membro do grupo de pesquisa Cultura, Ambiente e Sociedade: Linguagem e Design Social (CASLIDS). E-mail: celiomeira2014@gmail.com

simbólico, tem invadido o campo cotidiano das pessoas no tempo atual, seduzindo e instituindo “novas” formas de percepção do mundo.

Logicamente, esse processo não é definido por uma espontaneidade harmônica e aleatória, pelo contrário, a forma como a mundialização da economia move a esfera subjetiva tem escancarado toda a conflituosidade do capital em seu poder perpassante na esfera simbólica sob intencionalidades muito precisas. A cultura, mais do que nunca, se tornou campo onde grupos se esgrimam e tentam se estabelecer hegemonicamente, desenhando significados e insistindo na massificação de valores muito associados ao nexos da acumulação.

Assim, entendemos que estudar o mundo de significados no atual contexto implica em adentrar um campo ambíguo e altamente conflituoso, uma vez que é na esfera da subjetividade que a sutileza sedutora da hegemonia capitalista se conflita com a diversidade cultural, hora tentando sobrepor-la, hora dissimulando-a.

O presente texto se empenha em compreender a atual realidade de trânsito cultural, realçada pela disseminação de valores equalizados à sociedade de consumo, tendo por enfoque a forma como identidades e conflituosidades se sedimentam no espaço, tornando-o invólucro de sensações, filiações e desfiliações. Também é objeto de preocupação dessa análise, a percepção da forma como identidades subsistem num contexto de padronização simbólica, tão frequentemente hostil à diversidade.

A nossa tentativa é compreender como esse início de século tem revelado “novas” estratégias de sobreposição da ideologia capitalista, que insiste num enrijecimento da diversidade através da massificação de signos. Assim, entendemos que os meios pelos quais o sistema se organiza na atualidade não inaugura uma “evolução” comportamental do homem, mas apenas evidencia uma “nova” arquitetura do capital com vistas a garantir sua perpetuação num contexto de instabilidade e crises sucessivas (HARVEY, 1993).

As transformações, nítidas na organicidade do capital, portanto, se revelam nas relações sociais, tornando a cotidianidade das pessoas um terreno fértil de análise e complexo por suas ambivalências. Essa realidade é, portanto, operante na sutileza e, ao mesmo tempo, sedimenta nos espaços, rompendo com o velho sem extingui-lo, impondo o novo contra, pela e através da identidade das pessoas.

Identities transitorias

Estudar a cultura hoje implica em compreendê-la como porção diluída na prática social cotidiana das pessoas, como elemento capaz de mediar o sujeito a qualquer objeto que lhe seja representado, a cultura passa a “ser vista como algo fundamental, constitutivo, determinando tanto a forma como o caráter deste movimento, bem como a sua vida interior.” (HALL, 2006, p. 50). Desse modo, entendemos que não há como estudar o ser humano, sem levar em conta o mundo de significados que trafega subjetivamente nas relações sociais. Assim, existir socialmente é também elaborar sentidos e representações, o que implica em interpretar homens e mulheres a partir da esfera simbólica que atribui substância à prática social.

De igual modo, para tratarmos da configuração do sistema capitalista, que tão incisivamente tem regido a concreticidade das relações sociais contemporâneas, temos também de considerar os sentidos exalados pela materialidade da existência social. Partimos da premissa de que é na concreticidade da vida que homens e mulheres se constroem socialmente e, portanto, negociam o mundo simbólico e erigem coletivamente representações sociais.

Desse modo, para entender as pessoas, há que compreender os elementos materiais e imateriais da vida diária, enlaçados a um tempo histórico e inscritos em espaços dinâmicos e conectados. Falamos também de um tempo, cuja complexidade da arquitetura capitalista adentra a existência diária e infere sentidos às representações, às fantasias e às identidades. Assim, o trabalho ideológico dessas “novas” reestruturações do capital deve ser muito bem articulado com vistas a garantir a perpetuação de um sistema, que esconde toda sua perversidade sob uma pretensa “modernidade” e fugidia ostentação econômica.

Objetos e ações contemporâneos são, ambos, necessitados de discursos. Não há objeto que se use hoje sem discurso, da mesma maneira que as próprias ações tampouco se dão sem discurso. O discurso como base das coisas, nas suas propriedades escondidas, e o discurso como base da ação comandada de fora, impelem os homens a construir a sua história através de práxis invertidas. Todos, assim, nos tornamos ignorantes. Este é um grande dado do nosso tempo. Pelo simples fato de viver, somos todos os dias, convocados pelas

novíssimas inovações, a nos tornarmos, de novo, ignorantes, mas, também, aprender tudo de novo. Trata-se de uma escolha cruel e definitiva. Nunca, como nos tempos de agora, houve necessidade de mais e mais saber competente, graças à ignorância a que nos induzem os objetos que nos cercam, e as ações de que não podemos escapar (SANTOS, 1996, p. 45).

Os discursos que contornam todo o pacote de mudanças impostas pelo processo expansionista do capital, que Harvey (1993) define por “acumulação flexível”, são absolutamente paradoxais, porém articulados com instituições diversas capazes de suavizar a crueldade típica da economia capitalista. Assim, os aparelhos de mídia, o *marketing* impecável, que sugestiona “novos” comportamentos e hábitos de consumo, além do próprio discurso empreendedor, estão a serviço do convencimento sobre a “sofisticação” que mascara todas as atrocidades sociais derivadas do capital.

É nesse tom que insistimos na ideia de que a organicidade da economia é também subjetivação, especialmente num período marcado por um avassalador do mercado simbólico, com invasão de grandes ícones transnacionais nos mais remotos espaços. É através dessa interface subjetiva da economia que o caráter massificador da empreitada do capital pode gerar profundas fissuras no senso de identidade dos sujeitos, ocasionando periódicas crises de identidade e conflitos na esfera simbólica (HALL, 2003).

Interessante que Moscovici (2010), tratando do campo das representações na área da psicologia social, entende que a primeira reação de uma pessoa ao ser confrontada com o diferente é a repulsa. Tal fato ocorre porque o diferente parece ameaçar o senso de continuidade e de pertencimento, então a atitude inicial é estereotipar o sujeito estranho, negando-o para que se retorne ao conforto da permanência da identidade.

O medo do que é estranho (ou dos estranhos) é profundamente arraigado (...) Fenômenos de pânico de multidões muitas vezes proveem da mesma causa e são expressos nos mesmos movimentos dramáticos de fuga e mal-estar. Isso se deve ao fato de que a ameaça de perder os marcos referenciais, de perder contato com o que propicia um sentido de continuidade, de compreensão mútua, é uma ameaça insuportável. E quando a alteridade é jogada sobre nós na forma de algo que “não é exatamente” como deveria ser, nós instintivamente a rejeitamos, porque ele ameaça a ordem estabelecida (MOSCOVICI, 2010, p. 56).

Mas, e se o estranho se esconder sob o senso de pertença? É tocando essa reflexão que podemos interpretar a massificação da sociedade de consumo globalizada como fenômeno movido pelo falseamento das identidades. Por essa razão é tão comum ver grandes empresas de capital estrangeiro fazer uso de simbologias locais: a bandeira hasteada à frente do hipermercado, ornamentação com festejos juninos, uso das cores da bandeira em períodos que antecedem Copa do Mundo, entre outros. Com intencionalidades muito claras, essas empresas estrangeiras vão adquirindo contornos locais com o objetivo de suavizar qualquer ruptura advinda do seu ingresso. Tão logo, as simbologias artificialmente dissimuladas servem de possibilidade para uma ação predatória no campo socioeconômico, cuja engenharia ocorre sob os artifícios da identidade.

Estudando o campo interdisciplinar da memória social, Sá (2007) a observa que existem vários subtipos de memória. O autor ressalva que essa tipologia não é estanque, ao contrário, fundem-se aleatoriamente no cotidiano das sociedades, podendo ser acionadas reciprocamente pelos usos informais do passado. Entre os tipos de memórias indicadas pelo autor, estão as memórias públicas que, segundo o ele, é “onde proliferam os chamados ‘usos públicos da história’, onde são esgrimidos os argumentos opostos do ‘dever de memória’ e da ‘necessidade de esquecimento’, onde as memórias se encontram cada vez mais submetidas à mediação dos meios de comunicação de massa.” (SÁ, 2007, p. 294).

Fazendo um intercruzamento entre os conceitos de identidade e memórias públicas, é possível ressaltar que a relação presente entre trajetórias pessoais de vida e os usos públicos da memória são carregados de conflituosidade. Isso ocorre porque é no ato de externar memórias e inscrevê-las no coletivo que são intercaladas relações de identificação e estranhamento. É na articulação entre a dimensão individual e a pública, onde afinidades e dessemelhanças coexistem, que esgrimam interesses conflitivos e são estabelecidas disputas por significados, onde também ocorre a subjugação de partes mais vulneráveis às forças que se interpõem.

De todo modo, as identidades culturais são dinâmicas, pois dialogam com muitas trajetórias pessoais de vida e representam a pluralidade de intentos e expressividades que compõem a vida diária no tempo atual. Assim, a esfera subjetiva está longe de ser

espaço pacífico, ao contrário, é *locus* carregado de ambivalências intercalado pela dialética inclusão/exclusão, mudança/conservação, ruptura/perpetuação.

Essa transitoriedade de filiações é sempre um fenômeno social, que se escancara no convívio dos grupos. Embora falemos de toda a mutilação dos ambientes públicos, onde legitimamente essas mistura de identidades se aflora, há que reconhecer esses espaços oportunidade de materialização das distintas filiações, evocadas por grupos que anunciam sua existência. Não queremos cair na ingenuidade de crer que as identidades se manifestam de modo igualitário, mas até mesmo a sobreposição de forças, que subalterniza minorias, é motivação para entendimento da relação dialética entre identidade e espaço.

Identidade e espaço

As transformações econômicas, suggestionadas pelo sistema capitalista na contemporaneidade, contém um forte componente ideológico especialmente porque ela implica também na reestruturação de hábitos cotidianos, na reestruturação do consumidor, enfim, na reestruturação da sociedade. Ao trabalhar por meio do consentimento – e não do uso da força – a flexibilização da economia necessita adentrar a subjetividade dos sujeitos com vistas a regimentar uma nova percepção acerca de sua existência. Sem sua porção ideológica, a reestruturação produtiva seria apenas mais um sistema gerenciador da produtividade e, certamente, depararia com entraves, como mobilizações articuladas com eficiente resistência.

Para construção dessa análise, estão sendo de grande valia as reflexões em torno do espaço, como resultante das reestruturas sinalizadas pelo capital, pois o espaço, especialmente urbano, é lugar privilegiado onde se travam embates de interesse antagônicos expressos na memória, nas representações e na experiência cotidiana. É importante lembrar que essas representações operam num espaço concreto, montado e remontado segundo interesses que permeiam a prática social. Num terreno de disputa desigual, frequentemente um dos grupos arquitetam os cenários e imprimem seus interesses, fato muito perceptível nas cidades, que hoje vivenciam um encolhimento de espaços públicos e um alargamento exponencial de espaços privados, fenômeno notório pelo poder de asfixia que o aparelho privado exerce sobre a esfera pública. Nesse

processo, o espaço se torna parte precípua da malha capitalista, ordenado com vista a propiciar a circulação, reprodução e perpetuação do capitalismo (HARVEY, 2011).

O espaço urbano é, então, uma produção social, no sentido amplo do termo. Assim, se a organização social é regida e determinada por uma racionalidade capitalista, e o capitalismo é um sistema essencialmente de contradição e de distinção entre os grupos sociais, o espaço urbano sob o capitalismo reflete a contradição e distinção (PADILHA, 2006, p. 6).

Quando inserimos o espaço e sua relação dialética com a reestruturação produtiva, é-nos permitido observar o processo de desterritorialização e fugacidade dos investimentos corporativos internacionais – que reorientam e desfacelam economias inteiras na busca incessante por condições propícias à lucratividade – quando também é possível notar tais transformações no microcosmos urbano, afinal, as cidades passaram por um fenômeno abrupto de mudanças que superlotaram os “serviços” e acentuaram a silhueta excludente das periferias.

O espaço urbano, mais do que nunca, se converteu em arena de escancaramento da desigualdade e da pauperização de grandes contingentes humanos em prol da acumulação do capital. Em outros termos, o espaço é resultado literal do modelo de organização histórica das sociedades, que afixam nele suas mais graves dicotomias e ambiguidades, postas nas entrelinhas dos traçados urbanos e no constrangimento que a efêmera prosperidade dos centros empresariais impõe às populações mais pobres. Ser “filho” de um espaço urbano – cada vez mais privatizado pelo poder expansionista do capital – significa acatar com as mudanças no senso de identidade materializado no espaço, mas é também negar-se como cidadão de um ambiente cada vez mais exclusivo àqueles que podem pagar pelo seu acesso.

Desse modo, a sensação de que o expansionismo capitalista é de interesse público omite o caráter privativo desse fenômeno, calcado na exploração e aviltamento do trabalho, e que, ao final, gera números “incontestáveis” acerca do crescimento econômico e redinâmica no fluxo de mercadorias, como se estes permitissem usufruto de todos. O crescimento econômico transparecido pelo processo expansionista do capital desrespeita identidades regionais, maquia a desigualdade social e impõe uma subjugação crônica à ideia do consumo. Nesse discurso, consumismo se torna sinônimo de qualidade de vida, aquisição de mercadorias passa a ser condição para exercício da

vida social, pois a aceitação social fica então condicionada à adequação ao padrão transnacional de consumo.

As remodelagens nos centros comerciais, bem como nas relações neles traçadas, são, por conseguinte, a mais emblemática expressão da dinâmica intervencionista do capital sobre o espaço, com vista a garantir a propagação do consumo, a captura da subjetividade dos sujeitos e, sobretudo, o mascaramento das tensões que colidem nas relações sociais altamente desiguais e expostas à barbárie do substrato mais nefasto da exclusão. De forma idêntica, os vínculos sociais embutidos nos novos paradigmas capitalistas também possuem um caráter fetichista, encoberto por relações de trabalho calcadas na flexibilidade, com uma clara erosão de direitos trabalhistas, mas, que num olhar aligeirado, se mostram sofisticados, aparentemente distintas das “inescrupulosas” relações de trabalho nas obsoletas e desconfortáveis fábricas fordistas no início do século XX.

Estamos falando de uma modernização conservadora, onde a máquina estatal, acionada pelos rearranjos impostos pela flexibilização, se encontra cada vez menos disponível às necessidades mais elementares da população, porém, cada vez mais manejada pelas demandas expansionistas do capital.

Assim sendo, a política neoliberal, associada à acumulação flexível, fez com que “a parte” sofresse influência “do todo”, num movimento dialético que gerou efeitos, mesmo nos espaços mais tradicionais de comércios locais, requerendo mudanças para sobrevivência numa arena marcada pela ação predatória do capital transnacional. A não adequação aos padrões de acumulação poderia, então, extinguir empresas, fato nítido, especialmente, na redução dos custos de produção que, no geral, se baseiam na precarização do trabalho e deterioração de vínculos e direitos trabalhistas.

Por esses termos, estamos cientes de que uma “nova” configuração do sistema capitalista paulatinamente foi se instalando no Brasil, a partir da segunda metade do século XX, e hoje se mostra calcada na flexibilização, em total oposição ao que se verificava até os anos 1980. Por outro lado, não podemos concordar com uma história linear, estanque e compartimentada por períodos históricos isolados, pois, especialmente quando tocamos estudos em representações sobre as coisas, os significados se mesclam, permitindo que o “velho” e o “novo” se concatenem no “hoje”.

Conclusão

As transformações apontadas pelo capitalismo desse início de século se mostram visíveis materialmente, no desenho urbano e no espaço de trabalho; socialmente, nas relações suscitadas segundo as demandas do sistema e, por conseguinte, na subjetividade, quando eclode em representações acerca do processo em curso. A subjetividade dos sujeitos que fazem parte da dinâmica capitalista é nitidamente atingida pelo componente ideológico do capital, que necessita sincronizar os valores sociais ao nexo da acumulação, num processo de sujeição consentida.

O mecanismo ideológico dessa empreitada capitalista impõe novos discursos individualizantes embrutecendo os sujeitos a uma subsunção deliberativa aos valores do consumo. Somado a esse fato, a subjetividade dos trabalhadores também é atingida, repercutindo em diferentes posicionamentos sobre o que é ser trabalhador no atual cenário e na consciência cotidianamente compartilhada na prática social dos sujeitos.

Evidentemente, os discursos aos quais nos referimos são carregados da concreticidade cotidiana onde se ancoram os indivíduos, sendo, então, carregados ideologicamente por posturas sociais, políticas e culturais que regimentam ações. Representar o “novo” capitalismo, por exemplo, significa reconhecer-se dentro de um lugar específico de discurso, que, somado à trajetória pessoal, recruta uma memória vivida ou herdada capaz de autenticar significações.

Assim, é no cerne da existência social que identidades se esgrimam e tentam perpetuar caoticamente no imaginário das pessoas. Como refração dessa realidade, o espaço é cenário dos atores que compõe a existência social, especialmente porque as assimetrias do campo simbólico se sedimentam, traçando materialmente os contornos dos distintos *lócus*, cuja formas revelam a empiria do mundo de significados construídos a partir de uma concreticidade cambiante.

Entendemos, então, que as identidades, bem como toda conflituosidade dela oriunda, se especializam à medida que empirizam as formas de existência e interpretação da vida humana metamorfozada no curso da história. Existir, portanto, é significar a vida e dialogar com as “muitas existências” empirizadas no espaço onde ela acontece.

Referências

CANCLINI, N. G. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade.** Trad. Ana Regina Lessa e Heloísa Pezza Cintrão. São Paulo: EDUSP, 1997.

HALL, S. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções de nosso tempo. **Educação realidade**, v. 22, nº 2, 2003. (pp. 15-46).

_____. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Trad.: Tomaz Tadeu da Silva. 11 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna.** Trad. Adail Sobral. São Paulo: Loyola, 1993.

_____. **O enigma do capital.** Trad. João Alexandre Peschanski. São Paulo: Boitempo, 2011.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais: investigações em Psicologia Social.** Petrópolis: Vozes, 2010.

PADILHA, V. **Shopping center: a catedral das mercadorias.** São Paulo: Boitempo, 2006.

SÁ, C. P. Sobre o campo de estudo da memória social: uma perspectiva psicossocial. **Psicologia reflexão e Crítica.** Porto Alegre, num. 002, Vol. 20, 2007, p. 290-295.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** São Paulo: Hucitec, 1996.